

PARECER DO CONSELHO FISCAL DO VITORIA SPORT CLUBE RELATIVO AO ORÇAMENTO PARA 2018/2019

O Parecer do Conselho Fiscal sobre o Orçamento para a época 2018/2019 permite constatar que a estratégia definida, neste novo mandato pela Direção do Vitória Sport Clube, será a abertura de portas a novas oportunidades. A gestão criteriosa dos últimos anos, permitiu assegurar a consolidação financeira do Clube e abre perspectivas de uma nova fase de desenvolvimento. Dois grandes pilares emergem destacados da análise conceptual ao Orçamento agora apresentado aos digníssimos associados: uma necessidade emergente de reformulação do sistema de quotização que o torne mais justo e equitativo; e um maior investimento nas modalidades, com reforço do ecletismo. Trata-se de um orçamento estruturante e que marca uma perspectiva distinta de anteriores orçamentos, que esperamos se assuma como o início de um novo ciclo de medidas estruturantes e de valorização do património imaterial do Clube.

De acordo com os termos estatutários, o Conselho Fiscal, deliberou divulgar o seguinte Parecer sobre o Orçamento:

1º Os resultados líquidos previsionais apresentam-se como negativos (cerca de -27 mil euros), mas muito próximos do equilíbrio desejado. De realçar que os resultados negativos resultam do elevado valor das rubricas de impostos, juros e essencialmente do valor das amortizações previstas (cerca de 760 mil euros). O EBITDA espectável é de cerca de 732 mil euros, e neste paradigma de crescentes disponibilidades financeiras cada vez mais direccionadas para o investimento, importa que seja canalizado na promoção da formação e das modalidades.

2º Ao nível dos proveitos, que ultrapassam a fasquia dos 4.2 milhões de euros (um acréscimo de 6,88% face ao previsto no orçamento da época transata), destaca-se a subida das quotizações, motivada pelo aumento do número de sócios, e do crescimento dos rendimentos esperados das modalidades.

3º Ao nível das receitas de quotização, prevê-se um acréscimo de 8,35% face ao previsional do ano transato para uma verba na ordem dos 1.9 milhões de euros. Esta expectativa de aumento desta assenta no crescimento sustentado do número de sócios pagantes, que desde 2015 até à presente data cresceram cerca de 21%, num total de 18.400 sócios com a quota de abril deste ano paga. Considera o Conselho Fiscal premente uma revisão estatutária que entre outras matérias de interesse para o Clube, se assuma como prioritária uma alteração do sistema de quotização nela previsto. Urge criar nos estatutos pressupostos de flexibilidade que permitam à atual direção promover uma revisão do sistema de quotização, que promova mecanismos

de solidariedade social e atração de sócios de diferentes origens geográficas de dentro e de fora do País.

4º Os rendimentos previsíveis das modalidades apresentam um crescimento de 12.58% e o das piscinas mantêm-se praticamente inalterado. A formação apresenta uma evolução em sentido contrário com um decréscimo expectável de 25%, passando dos 155 mil euros previstos no ano transato para os 115 mil euros neste orçamento. De realçar que, será já neste exercício, que se encontra cabimentada uma verba para a criação da primeira equipa de futebol feminino ao nível da formação.

Mantemos a orientação de anos anteriores no sentido de serem criados instrumentos de coordenação orçamental, aos quais todas as secções devem responder.

5º A rubrica de Gastos com Pessoal Geral apresenta um aumento na ordem dos 90 mil euros. Esta rubrica refere-se na sua totalidade a custos de cedência de pessoal à SAD, por parte do clube. Este aumento não resulta do aumento do número de colaboradores, mas do descongelamento salarial que foi efetuado ao nível dos escalões de progressão e diuturnidades. Informamos que o Acordo Coletivo de Trabalho que se aplica é o da Liga Portuguesa de Futebol. Esta decisão é essencial para repor a dignidade das instituições e ter os recursos humanos mais motivados. Considera o Conselho Fiscal ser este um derradeiro passo para finalizar a normalização do clube, um marco na recuperação da estabilidade.

6º Os custos operacionais previstos ascendem a cerca de 3.25 milhões de euros (um acréscimo de 8,16% face ao anterior orçamento). O acréscimo dos custos, decorreu fundamentalmente de três fatores: dos gastos com pessoal, compensados ao nível dos proveitos por transferências compensatórias da Vitória SAD; com as modalidades, em mais de 70 mil euros (nomeadamente em atletas); e com a rubrica de outros gastos que aumenta cerca de 94 mil euros. O crescimento verificado nesta última rubrica decorre do custo expectável com o arranque da APP (Vitória Live), com a gala anual do Vitória Sport Clube, e uma dotação atribuída às duas comissões (Comissão de revisão dos Estatutos e Comissão de organização do Centenário) para início dos trabalhos.

7º Os encargos com juros e gastos similares, mantêm a sua curva decrescente, sendo expectável uma verba na ordem dos 200 mil euros que se comparam com os 243.500 euros do ano transato, num decréscimo de cerca de 18%. Esta evolução vem sustentar, mais uma vez, a estratégia de redução e reestruturação de dívida bancária já encetada nos outros anos. De realçar também um aumento significativo ao nível dos impostos que crescem dos 15 mil euros para os 64 mil euros e que resulta de uma reanálise patrimonial realizada pela Autoridade Tributária, e que implicou um aumento das verbas a pagar em sede de IMI.

8º Estima o Conselho Fiscal que, à luz do plano e orçamento apresentado, as necessidades previstas para recurso de suprimentos ascendem a cerca de 300 mil

euros, o que corresponde a menos de 10% do orçamento do Clube. A libertação de meios estimada permite antever uma confortável capacidade do Clube em autofinanciar a sua atividade e cumprir com o serviço de dívida com recurso marginal ao seu ativo existente na Vitória SAD.

9º Considera o Conselho Fiscal que, face ao orçamento apresentado existe margem de manobra para liquidar e recuperar todas as dívidas vencidas ainda existentes, a alguns fornecedores e agentes. A par deste esforço recomendamos que seja efetuada uma análise profunda das dívidas cujo pagamento não foi reclamado pelos respetivos credores, e que por isso não consideramos tratar-se de um passivo exigível.

10º Concluindo, num contexto previsional de reduzido recurso a suprimentos e resultados financeiros líquidos próximos do equilíbrio, julga o Conselho Fiscal existir uma conjugação de fatores que podem neste mandato substituir aquilo que foi o primado da estabilidade financeira, preconizado no anterior mandato. É imperativo alavancar e projetar orçamentos em que os investimentos se foquem de forma gradual mas sustentada em promover um maior ecletismo, e uma maior força e diversidade nas modalidades.

Considera pois o Conselho Fiscal que este orçamento é compatível e recomendável com a realidade financeira do clube. Não coloca em nenhuma circunstância ou opção estratégica a sua viabilidade futura, e assenta em pressupostos e práticas de previsão de receita e despesa adequados. Por conseguinte, o Conselho Fiscal decidiu por unanimidade dar um parecer favorável à aprovação do Orçamento.

Guimarães, 25 de Maio de 2018